

Reflexões sobre o papel educativo dos museus

Reflections about museums' educational role

Eduardo Lúcio Guilherme Amaral¹

Resumo



Esse artigo procura refletir acerca do potencial educativo dos museus; discutir as razões do seu subaproveitamento na perspectiva da história dos museus. As possíveis aproximações com os diversos ramos do conhecimento, com as Universidades e com a sociedade são por nós investigados. Finalmente, traçamos uma reflexão acerca do impacto do mundo na construção da sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: **museus; cidadania; educação; sociedade do conhecimento.**

Abstract

This article aims to develop a reflection about the potencial educational poder of museums, discussing the reasons which take to a subutilization of them in their historic perspective; a possible nearness with several knowledge areas with the universities and with society, a whole. At last, it is proceeded an analysis about the impactct they cause in building of knowledge's society.

Keywords: **museums; citizenship; education; knowledge's society.**

1 O Espaço da Memória e o “Povo sem Memória”

Há algumas décadas, os museus fazem parte da atração principal do chamado turismo cultural. Isso é evidente, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, onde existe uma cultura sedimentada de visita aos museus. Assim, o Museu do Louvre, o Museu do Prado, o Museu Britânico, o Museu Egípcio (em Londres) já são atrações tradicionais, consagrando-se como parte do processo de formação educacional desses mesmos povos. Interessante perceber que, para além do marketing cultural, construído para divulgar e atrair atenção aos museus, é a sua função educacional que se põe em foco. Sua importância mede-se pela possibilidade de garantir à comunidade e ao mundo a guarda dos objetos havidos como necessários à identificação de uma cultura e uma história comum, revitalizando os elos temporais entre o passado e o presente e servindo à reflexão múltipla da história, da

memória e da construção de significados, através da manipulação simbólica dos objetos.

No Brasil, apesar de possuímos um número bastante considerável de museus, dedicados a todas as especializações possíveis, ressentimo-nos da falta de frequência de público a eles, fazendo com que se tornem “apêndices inúteis da burocracia estatal” (CUNHA, 1992, p. 73), um luxo desproporcional para um país sufocado por urgentes problemas sociais. Ignorados, os museus, principalmente os museus oficiais, acabam passando por perene crise financeira, resultado do desleixo e da falta de diálogo com a sociedade. Enclausurados em si mesmos, sua função de guardiões de uma história oficial, desgastada e sem relação com a comunidade em sua volta, faz com que pareçam um corpo estranho na vida de uma sociedade. Apenas em momentos isolados, quando as grandes bienais de arte tomam espaço ou na exposição de algum tema ou artista ilustre, é que os museus passam a ser lugar da frequência das pessoas.

¹ Mestre em História Social pela PUC-SP e Professor das disciplinas Patrimônio Cultural e Museologia e de História do Brasil da Universidade de Fortaleza. E-mail: eduardolucio@unifor.br.

O senso comum identifica, no caráter brasileiro, uma tendência à “falta da memória”. Desmemoriados, nós, os brasileiros, vagariamos num eterno presente, em que as preocupações cotidianas não criariam vínculo com o passado vivido ou com a história. Nossas respostas ao problema, invariavelmente, culpam as pessoas comuns como responsáveis pelo descaso com a memória. Somos assim porque somos e não há mais nada que fazer. Nossa identidade seria marcada pela falta de identidade. Não resta dúvida que o argumento do senso comum é resultado de um longo processo de convencimento ideológico – difuso pela sociedade – de que nós somos incapazes, naturalmente, para as atividades intelectuais. Pode-se até ressaltar a espontaneidade do brasileiro, nunca sua inteligência.

Este texto procura, a partir da colocação do museu como problema, desconstruir esses argumentos, buscando nas práticas do poder as razões para o malsinado “desmemoriamiento” dos brasileiros. Recuperando, enfim, o espaço do museu como pólo educacional e intelectual, refaz-se a noção de que ele seria consagrado simplesmente ao amontoado dos objetos do passado. Revigorando seus propósitos, afastar o discurso derrotista e consagrá-lo ao diálogo com a comunidade em que está inserido. E, finalmente, propor os caminhos para revigorar sua freqüência e finalmente estabelecê-lo como atração turística devidamente respaldada pela comunidade à sua volta.

2 A memória, o imaginário social e os museus²

O que são os museus? A que eles se prestam? Qual sua função dentro da sociedade? Por que é ele objeto do interesse público? Por que atraem visitantes? Por que está inserido no roteiro das “atrações” turísticas? Precisamos recuperar determinadas idéias que parecem justificar-se por si próprias. A ação desencadeada na prática da valorização dos museus proporrá determinadas questões cruciais para a continuidade desse desenvolvimento. Aliás, o museu tem o caráter da dúvida, move-se no terreno pantanoso da história, instiga-nos, propõe questões. Sem o

reconhecimento mínimo dessas questões latentes na existência museológica, impossibilita-se seu aproveitamento como referencial turístico.

O nascimento do museu é um dos vários sintomas desencadeados pelo movimento romântico, ao longo do século XIX. O romantismo, por sua vez, é filho pródigo da revolução industrial européia, que transformara culturas, extinguiu padrões tradicionais de vida e da existência, reorganizara as nações, incitara o imperialismo ávido de matérias primas e de mercados, enfim, que fundara decisivamente o moderno cotidiano das grandes cidades. Não são pequenas as transformações pelas quais passam os europeus nesse momento. Desde a luz elétrica até o advento do estado-nação; da corrida neocolonial até o trabalho exaustivo das fábricas fumacentas. Para onde se olha, contempla-se o avanço do capitalismo impondo um novo modo de vida às pessoas, à organização do espaço (cada vez mais racionalizado) e do tempo (que agora vale dinheiro) e à própria definição de humanidade e de cultura (HOBSBAWN, 1978).

É nesse contexto de privação das formas tradicionais de organização e de vida comunitária que surgirá o romantismo. Algumas de suas características são de extrema importância para a reflexão que intentamos desenvolver. A primeira delas liga-se basicamente à aparição, no vocabulário dos homens, da palavra *tédio*. Em inglês, *spleen*, em francês, *mélancholie*. Pela primeira vez na história, os homens passam a sentir um vazio espiritual derivado das novas formas de vida, ainda não completamente estabelecidas frente ao mundo tradicional já decisivamente extinto. Uma das principais características desse novo modo de vida é o desenvolvimento do individualismo e da privacidade, em oposição ao comunitarismo da vida gregária anterior. A falta de referenciais comunitários ou de grupo impele o homem a uma angústia decisiva e permanente, vítima do ocaso das identidades primitivas, e produtora de um desajustamento a um mundo ainda estranho. Sintomático é o nascimento da psicanálise ao fim desse período e, principalmente, do surgimento de “doenças” da personalidade, como fora a histeria no século XIX e a depressão no século XX.³

² Consulte também: ICOM – International Council of Museums. Disponível em: <<http://www.icom.org.br>> Acessado em 23 de nov. 2004. Revista Museu. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br>> Acessado em 23 de nov. 2004. MCN – Museum Computer Network. Disponível em: <<http://www.mcn.edu>> Acessado em 23 de nov. 2004. MUSEOLOGIA. Disponível em: <<http://www.museu-de-ciencia.ul.pt>> Acessado em 23 de nov. 2004.

³ LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia: o romantismo na contra-mão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995. Sobre mesmo tema, diz-nos Giddens: “A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. A terapia oferece alguém para que podemos nos voltar, numa versão secular do confessorário”. (GIDDENS, 2002, p. 38);

A busca por valores que passassem por verdadeiros ou autênticos moverá a geração romântica ao passado longínquo ou ao estrangeiro. Romances históricos como os de Walter Scott venderão aos borbotões. Os roteiros fantásticos de viagem de Júlio Verne serão amplamente lidos, amados e reconhecidos. Idealiza-se o passado e as culturas estrangeiras, pois se vê nelas a possibilidade de redenção do tédio presente. Não à toa, o romantismo é um argumento conservador: mas um conservadorismo legítimo, já que válvula de escape às pressões cotidianas. O estrangeirismo, ou o orientalismo, serão de marcada influência na cultura européia da época. Desde Charles Baudelaire (com sua idealização da Índia), passando por Claude Monet (e sua idealização do Japão) até a *Art Nouveau* (com seus complicados arabescos em ferro), presente-se a vigorosa ânsia de escapismo presente na sociedade européia (HAUSER, 1995).

Marca passo com a idealização de outras culturas a idealização do próprio passado: talvez mais digno, talvez mais heróico, mas amplamente reconhecido como portador de valores mais autênticos que o presente. Numa época de busca por novas identidades, o estado nacional construirá uma história comum que servirá como referencial para novas solidariedades. Dada a perda das identidades locais, pôs-se no lugar uma identidade nacional, meticulosamente construída, fruto de uma necessidade de legitimação ideológica a um sistema político emergente e novo. (HOBSBAWN; RANGER, 2002). A função do museu, nesse contexto, é a de funcionar como um lugar privilegiado da memória (nacional) que se quer hegemônica e atuante, dentro de um novo processo de construção de lealdades coletivas. Dessa maneira,

“No mundo moderno, a memória teria deixado de estar incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume, sendo substituídas por ‘lugares da memória’. Ou seja, a memória teria deixado de ser uma função ativa no conjunto da sociedade, para se tornar atributo de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social – no costume, na tradição –, a memória tomaria forma em determinados lugares, passando a depender de agentes especialmente dedicados à sua produção”. (ABREU, 1994, p. 206).

O museu já nasce sob o signo da legitimação ideológica e da construção de um passado que se quer hegemônico e total, significando toda a sociedade e respaldando todo o aparato político do estado - nação. É o lugar privilegiado da ação artificial e intencional da construção de uma memória coletiva substitutiva. No cerne de um mundo que se projeta para a modernidade, as identidades são objeto da preocupação oficial. Não existem mais por si, simplesmente. Devem ser organizadas, classificadas, construídas, devidamente etiquetadas. E o museu será o espaço artificial dessa construção identitária. E são os museus nacionais as primeiras modalidades de museus a surgir da Europa: *British Museum* (1759), *Musée du Louvre* (1793), Museu Dinamarquês (1807), *Museo Del Prado* (1819), etc.

Mas, reflitamos: se a cultura imaterial de um povo é formada mais por um sentimento de comunidade do que por qualquer outra coisa, que objetos serão da responsabilidade e guarda dos museus? No processo de construção da identidade nacional, foram eleitos determinados objetos que guardam uma inesgotável representação imaginária de parte da sociedade. Nem todas as histórias foram para o museu, nem todos os objetos reputaram-se necessários à construção identitária da nação. A história intocada, imaculada, santa, que merecera atenção estatal fora a história da elite política do país. E a identificação da elite política com a idéia de nação desmerecera outras possibilidades de passado, outras construções imaginárias, outras identidades. O estado-nação homogeniza o passado, dota-lhe de uma inteligibilidade, de um sentido e de um processo de continuidade. Enfim, transveste-se no seio das aspirações legítimas e populares, quando, na verdade, impõe uma visão de mundo particular à arena do conflito social e, finalmente, ao consagrar-se como única instância legítima, possuidora e produtora de passado, desarma possíveis contestações a sua ação hegemônica e ideológica⁴. Dessa forma:

“A função da memória social consiste em atualizar e difundir valores no presente. Ao evocar o passado, os agentes envolvidos nessa construção re-criam o passado em função de seus interesses e de suas visões de mundo no presente”. (ABREU, 1994, p. 227).

E o museu? Deve ser desconsiderado por nós, já que armadilha ideológica de uma elite política

⁴ “Os vestígios de um passado construído para ser cultuado serviram para reforçar uma concepção de patrimônio e o destituía de toda historicidade: reiteravam e sacralizavam a história do Estado como se fosse a história de todos os homens; erigiam, no plano simbólico, a unidade da nação capaz de ocultar as diferenças e os conflitos; e, acima de tudo, constituíam o mais imponente testemunho do próprio progresso que se buscava afirmar como uma linha de inteligibilidade do passado e de ocultamento dos conflitos”. (CUNHA, 1992, p. 73).

interessada na manutenção do seu status social? As condições que permearam seu nascimento não podem confundir-se com as novas possibilidades do seu uso e, então, devemos estar atentos ao potencial educativo e à nova ação dos museus no seio das coletividades. Sem esquecer que a história é um instrumento potencialmente ideológico e passível de manipulação, não devemos ficar alheios a sua função libertadora e reflexiva. Se a história e os historiadores não são neutros, também não são simples manipuladores das consciências. Que a história não é toda a verdade (ou todo o “*passado, como realmente aconteceu*”, diriamos Ranke) também não é toda a mentira, uma grande farsa arquitetada por uns poucos para exercer seu domínio sobre muitos. É sobre a função educativa e libertadora dos museus que trataremos a seguir.

3 A memória coletiva e a função educativa e libertadora dos museus

Instrumento eficiente de fixação das identidades coletivas, o museu guarda ampla possibilidade de reflexão e deve constituir-se como interlocutor privilegiado entre a sociedade e seu passado. Se útil na caracterização do “espírito nacional”, não será menos válido para o fortalecimento e afirmação das múltiplas identidades coletivas, que se formam nas solidariedades cotidianas. Nesse sentido é que podem surgir instituições como o Museu da Cultura Afro-Brasileira em Salvador (MAFRO). Recuperando os vestígios de um passado comum⁵, resgatando e valorizando uma memória que se quer viva; afirmando, enfim, os valores que determinada comunidade ou grupo étnico quer excelentes, o Museu da Cultura Afro-Brasileira é um exemplo bem sucedido, quando pensamos no museu como interlocutor social.

Nesse sentido, mais do que um bastião da afirmação social de grupos tradicionalmente marginalizados pela história social, o museu torna-se um espaço dedicado à cidadania. Perceber que as diferentes histórias coletivas criam uma teia de significados no diálogo com o tempo, que criam e recriam o mundo, que oferecem projeções de futuro e sentidos àquela comunidade, enfim, essas são algumas das razões do sucesso do museu como instituição: no

reforço do diálogo crítico e reflexivo com a sociedade ou com a comunidade que o cerca e o inclui.

Ser o espaço das diversas experiências temporais, contrapondo visões de mundo e de sociedade, incentivar a reflexão no tempo e sobre o tempo essa é uma das vocações dos museus. Impulsionar a sua democratização e congraçamento com o mundo em sua volta tem sido a preocupação das políticas museológicas no Brasil:

*“art. 18. As políticas museológicas devem contemplar os diferentes sujeitos históricos, deixando de relegar os museus a monumentos reiteradores de uma exaurida memória oficial, contrapondo diversas experiências históricas e apontando para um diálogo com um público cada vez mais amplo. Ao lado de questões técnicas e científicas de conservação, estudo e formação de seus acervos, os museus devem trabalhar no sentido de sua democratização e enraizamento social, transformando-se em instrumento de formação da cidadania nos vários campos da ação humana”.*⁶

Se a história não é patrimônio de uma elite, se é compreendida como uma teia de experiências humanas compartilhadas, multifacetada e plural, seria de se esperar que os museus afirmassem, da mesma forma, sua vocação democrática e seu diálogo com o tempo. Mesmo surgindo dentro de um contexto que apontava para uma homogeneização do passado pela via do estado nacional, a crítica da ideologia nacional estimulou a recriação do museu. Garantidas as vias pelas quais os diversos grupos se reconhecem na história, o museu moderno amplia sua atuação consolidando-se como pólo cultural e educativo.

A finalidade educativa dos museus é expressa no diálogo que mantém com as mais diversas áreas do saber. Por exemplo, no urbanismo, os museus podem gerar uma intensa revitalização das cidades, atraindo empresas e bens culturais e consolidando novos pólos de atração turística. Caso mais espetacular é o do Museu de Arte Contemporânea de Niterói (RJ) de forte impacto social por toda orla leste da baía de Guanabara e que projetou para Niterói a imagem de um município de alta qualidade de vida. Em Fortaleza, o Centro Cultural Dragão do Mar conseguiu, por exemplo, a façanha de revitalizar todo um setor da cidade,

⁵ Sobre a função desses vestígios, compreendidos como símbolos e alegorias do passado, escreve José Murilo de Carvalho: “O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos”. (CARVALHO, 1990, p. 10).

⁶ DOCUMENTO final do congresso Patrimônio Histórico e Cidadania: O Direito à Memória. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura, 1992;

degradado pelo descaso público. Os museus de arte Guggenheimer tiveram esse papel nas cidades em que se instalou (Nova Iorque, Veneza, Bilbao e Las Vegas e, proximamente o Rio de Janeiro).

Na área de formação profissional, pode-se tornar um pólo profissional muito interessante, desenvolvendo atividades técnicas específicas e promovendo a formação de conservadores, restauradores e museólogos. São constantes os diálogos com historiadores e antropólogos e esses são alguns dos espaços de referência para sua atuação. Arquivistas, biblioteconomistas e designers têm atuado cada vez mais nos museus, principalmente se eles se consolidam como centros de pesquisa e estudos. Administradores de empresas, turismólogos e arquitetos têm uma função importante a cumprir nos museus, desde que se fortaleça a compreensão da gestão dos bens culturais, como segmento importante a ser ocupado no mercado. As universidades locais também podem e devem manter diálogos com os museus, principalmente no que tange às questões do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Cada vez mais as universidades brasileiras mantêm museus dentro do seu âmbito institucional e eles se prestam aos mais variados interesses, como os museus antropológicos, arqueológicos, artísticos, da ciência e da tecnologia, oceanográficos, etc.

O novo movimento dos museus abrange ainda a instituição dos museus comunitários, dos museus de bairro, dos centros de cultura popular, dos museus profissionais (dos tipógrafos, dos ferroviários), dos museus temáticos (da cachaça, do automóvel, de cera, da moda, da imprensa), dos museus institucionais (de bancos e empresas que conseguem formar um patrimônio e mantê-lo disponível à visitação do público), dos ecomuseus, entre outras possibilidades.

A vocação do museu é a do diálogo. Ele pode vir a se tornar uma instituição atuante socialmente, desde que assuma essa sua vocação. Como instituição de ensino, formando profissionais e consagrando-se como espaço de reflexão multidisciplinar e produtora de conhecimento; como instituição cultural, motivando e atuando nos mais diversos segmentos da sociedade e da cidade, estabelecendo-se como elo entre as

políticas públicas de cultura e a comunidade; como atração turística, angariar visitantes de elevado padrão cultural, estimulados pela possibilidade do intercâmbio cultural, tendo o museu como centro de referência.

Apesar do bom número de museus no Brasil, raros são aqueles que agem num amplo espectro multidisciplinar. Caso a ser louvado é o centenário Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém (PA) que, além de ser um guardião do patrimônio ambiental local, é um produtor de conhecimento e mantém um alto padrão em pesquisa, principalmente nas áreas de botânica, zoologia, biologia e antropologia. Esse também é o caso do Museu de Mineralogia e Geologia da Escola de Minas, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O Museu Nacional do Rio de Janeiro, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sedia, há anos, o curso de Antropologia e consagra-se como pólo de excelência na pesquisa social no Brasil. Não resta dúvida que outras instituições se esforçam no sentido da sua recriação: de espaço de depósito de objetos antigos a espaço de construção de cidadania e conhecimento. Esse é o caso do Museu do Ceará⁷, em Fortaleza (CE), que, há alguns anos, trava saudável diálogo com a história e com a sociedade cearense através da publicação periódica da *Coleção Outras Histórias* e dos *Cadernos Paulo Freire*, todos de alto nível científico e cultural relativos a temas ligados ao acervo.

A percepção libertadora do museu enfatiza assim a educação. Não como um doador de cultura, simplesmente, mas de instituição educacional consagrada à pesquisa e à reflexão temporal⁸. Integrados social e culturalmente, os museus legitimam sua vocação cidadã. Não apenas na pesquisa ou no alto debate acadêmico, como também na formação profissional e na geração de emprego e renda (como acontece nas iniciativas que formam conservadores e restauradores do Patrimônio). Educar para a liberdade significa garantir a autonomia humana frente aos desafios modernos. Não só o desafio anti-ideológico e manipulador do conhecimento, mas como o desafio da construção de uma sociedade mais justa, mais limpa e plural e nesse sentido os museus, como instituições cidadãs, têm esse compromisso natural.

⁷ Cf. MUSEU DO CEARÁ. Boletim. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1932.

⁸ “Mostrar o típico, a identidade cultural ou resgatar a memória são expressões que revelam a fragilidade educativa de uma proposta museológica. O papel do museu não é revelar o implícito, nem o explícito, nem é resgatar o submerso, não é dar voz aos excluídos (nem aos incluídos...), não é oferecer dados ou informações. Em suma o museu não é um doador de cultura. Sua responsabilidade social é excitar a reflexão sobre as múltiplas relações entre o presente e o passado, através de objetos no espaço expositivo”. (RAMOS, 2001, p.127).

4 Os museus e o turismo

Os museus, principalmente os museus de arte, têm sido, juntamente com os sítios arquitetônicos tombados, as grandes vedetes do chamado turismo cultural⁹. A cada ano, milhões de pessoas deslocam-se pelo mundo em busca dos ícones artísticos da cultura mundial. Os destinos, apesar de tudo, são quase sempre os mesmos: os museus europeus e os gênios da pintura ocidental. Sedimentou-se no nosso mundo globalizado que a visita – quase religiosa – a esses símbolos, são referenciais obrigatórios a quem queira se identificar como “culto”. Aí estão as ruínas da Acrópole, o Museu Egípcio, o Louvre, a Casa de Rembrandt, o Museu Britânico: todos equipados como um sedutor “arsenal” de atrações turísticas, o que garante um regular fluxo de turistas todos os semestres.

Como pensar o museu como destino cultural, prescindindo das famigeradas atrações turísticas? Como manter o interesse público, mesmo sem um Michelangelo ou um Dali em exposição? Como manter o museu mesmo além das bienais e das exposições internacionais?

Acreditamos que, dentro da perspectiva educativa e libertadora a que se prestam os museus, há um leque interessante de possibilidades de manutenção do fluxo de visitas e da sedimentação do museu como parte integrante dos roteiros culturais de uma cidade. Em primeiro lugar, o museu deve prestar-se a ser um elemento de interlocução com a sociedade que o cerca. A falta de identificação entre os propósitos museológicos e a sociedade é um duro golpe para a sobrevivência dos museus, que perdem sua legitimidade social. Já vimos quais ações podem ser desenvolvidas nesse sentido e, a principal delas, é que o museu abra seu acervo a novas possibilidades interpretativas, garantidas aos diversos grupos a reflexão temporal, a partir de elementos que os identifiquem na história, ou seja, fortalecendo-os como sujeitos históricos. Não que a memória oficial – desgastada, como adiantamos – deva ser excluída dos acervos, mas sim que conviva com outras perspectivas de passado, apontando na direção de uma sociedade democrática e plural, em que todos agem historicamente.

Em segundo lugar, é preciso que se formem visitantes para os museus, como algumas iniciativas têm formado platéias para o teatro. A falta do hábito e a pouca frequência aos museus é fruto de uma relação tensa e complicada, no Brasil, entre teoria e prática, entre escola e sociedade, entre ensino e realidade. As aulas de história, pela própria fragilidade educacional dos currículos e pela falta de preparo de muitos professores (que nem sequer são historiadores), ainda são reféns de uma visão de mundo completamente ultrapassada, que visa unicamente à memorização dos conteúdos, numa postura francamente acrítica e lecionando um conteúdo de caráter eminentemente oficial. Nesse sentido, museu e escola têm responsabilidades na formação cultural do indivíduo em idade escolar. Aprender a interpretar os vestígios do passado e, com ele, travar um saudável diálogo com o presente: essa deve ser uma das contribuições dos museus. Aproximando a teoria e a prática, a história da vida cotidiana, a escola do mundo em sua volta.

Contudo, a formação dos visitantes de museu não pode se restringir ao público em idade escolar. Se não se consolida como instituição dedicada à pesquisa e ao saber de ponta, o museu vira um arremedo de populismo pedagógico. O museu tem a obrigação de atrair para o seu seio o debate multidisciplinar, congregando desde botânicos até antropólogos, professores de história da arte até arquitetos e designers, restauradores, turismólogos e outros gestores de bens culturais. Apenas fundamentado numa sólida relação com o conhecimento científico e com a universidade, o museu garantirá o reconhecimento cultural e internacional que se almeja tanto.

E é no sentido da sua universalização e na perspectiva do intercâmbio científico nacional e internacional que essa parceria universidade – museu deve ser fortalecida. Na medida em que se torna um centro de referência em pesquisas, o museu toma uma dimensão que ultrapassa os seus muros. A divulgação de boletins, listagens de acervo, de instrumentos de mídia eletrônica, a vulgarização do saber a partir da instituição museológica, são, no caso, sintomas de que o museu pode e deve contribuir na formação da sociedade do conhecimento e na integração dos povos.

⁹ Sobre “turismo cultural”, a definição do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) expresso na sua declaração de Québec de 1976 é a seguinte: “O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada”. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/turismo/tur_cultural.htm> Acessado em: 07/03/2004.

Além disso, a construção de uma visão estratégica na gestão dos museus e sua progressiva valorização como equipamento cultural urbano é fator de revitalização dos fluxos de interesse turístico. Ressentimo-nos, no Brasil, de políticas culturais integradas, que contemplem a atividade cultural como um todo. No caso da cidade de Fortaleza e de sua região metropolitana, contamos com um interessante número de museus, todos eles com grande potencial turístico, educacional e de pesquisa a ser desenvolvido. Entretanto, para nossa infelicidade, nossos museus urbanos ignoram-se mutuamente. O visitante ocasional do Museu do Ceará raramente recebe informações precisas sobre outros acervos localizados nos demais museus. Ora, o acervo da história das práticas religiosas do Museu do Ceará liga-se, intimamente, ao conjunto das imagens sacras do Museu de Arte Sacra de Aquiráz. As peças que formam o acervo dos jangadeiros do Museu do Ceará são indissociáveis das peças que formam o Museu do Mucuripe, de propriedade da Prefeitura Municipal. O Museu dos Ferroviários tem íntima relação com o Museu do Automóvel. O Museu de Arte da UFC dialoga, essencialmente, com o Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar. Além disso, os conjuntos arquitetônicos da cidade, muitas vezes circundando os museus, devem articular-se num amplo plano de gerência desses mesmos bens. Sem uma visão estratégica integrada, não há projeto cultural ou turismo auto-sustentável.

Nessa complicada relação entre museus e o turismo não se pode relegar ao segundo plano, a simplesmente “atração” turística, esse bem cultural chamado museu. Essa postura, de incluir vagamente os museus nos roteiros turísticos, apesar de bem intencionada, não traz dividendos de maneira mais perene. O museu, pela simples curiosidade que seus artefatos e objetos encerram, já é um centro de visitação constante. Mas o contentamento com os fracos índices de visitação oriundos apenas dessa “curiosidade” não tem levado os museus a parte alguma. É exatamente no aprofundamento dos seus laços com a comunidade que o cerca, na possibilidade da integração cultural e educacional de milhares de brasileiros, no desenvolvimento do potencial científico dos museus, no fomento do intercâmbio, na divulgação científica de pesquisas e, finalmente, na ação coordenada e estratégica dos museus, é que vislumbraremos uma instituição auto-sustentável, autônoma, plural, integrada e que consegue mobilizar um constante e regular fluxo turístico. Fluxo esse motivado por um real interesse cultural e científico,

inserindo finalmente nossas instituições no caminho da nova sociedade do conhecimento.

5 Conclusão

Os museus brasileiros, com raras e louváveis exceções, ainda não atingiram todo o potencial a que estão vocacionados. Nascidos de uma origem francamente oficial, os museus foram, durante muito tempo, guardiões de uma determinada história das elites, que homogeneizara o passado e legitimara sua posição hegemônica via a manipulação dos símbolos e alegorias ali encerrados. A crítica das ideologias nacionais e o alvorecer da sociedade do conhecimento trouxeram novas possibilidades ao desenvolvimento museológico. Deixando de lado seu caráter oficial, percebe-se claramente que o museu tem a característica do diálogo e deve firmar-se como pólo do desenvolvimento educacional, histórico, profissional e científico de um povo. Nessa revolução museológica afirma-se claramente seu caráter plural, congregando várias histórias, afirmando seu caráter multidisciplinar e integrando a comunidade a sua volta.

Nota-se, contudo, que a exploração turística dos museus, que se quer mais ousada e mais perene, só conseguirá se impor através de uma gestão integrada dos bens culturais de uma cidade ou região. Não só integrando as diversas perspectivas temáticas, como também os diversos equipamentos urbanos que possuem naturalmente pontos de interseção. Apenas na afirmação do museu como objeto de preocupação científica e cultural é que seu interesse turístico ultrapassará a mera curiosidade efêmera, substituindo por real interesse do conhecimento. Num país de sérios problemas sociais, o museu pode ainda ser instrumento de promoção e integração social: na formação profissional de restauradores, arquivistas e toda gama de especialistas em patrimônio, função que a universidade não cumpre.

Chegamos ao ponto final da nossa reflexão e ela claramente assumiu um papel cidadão durante essas páginas. O museu, bem ou mal gerido, é um claro sintoma da crise de cidadania por que passa o Brasil. Uma sociedade atuante e organizado é o pilar de toda ação cultural concreta. E aí o turismo como atividade econômica se impõe. Não há fluxos turísticos perenes e economicamente interessantes, se não há uma sociedade receptora bem organizada e consciente de seu projeto de futuro. Sem isso, continuaremos a ser um destino turístico de segunda classe, com claras motivações do mais fútil e barato entretenimento. É só na afirmação da vocação intelectual, artística e

cultural brasileira que esse país estará inserido nos grandes roteiros turísticos mundiais.

Referências

Artigos e Livros

ABREU, Regina. Quando os mortos são comemorados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-228, 1994.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira et al. *O Direito à memória*. São Paulo: Departamento Municipal do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

DICIONÁRIO das ciências históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *Da revolução industrial ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e*

melancolia: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José Clerton de Oliveira (Org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. *Revista Trajetos*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.126-135, 2001.

SILVA FILHO, Antônio Luís Macedo. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Secretaria Estadual da Cultura/Museu do Ceará, 2002. (Coleção Cadernos Paulo Freire).

SUANO, Marnel. *Que é museu*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Leis, documentos e decretos oficiais

CDT Pyrénées-Orientales. Carta do Turismo Cultural de Quebec de 1976. Disponível em: <<http://www.pyreneesorientalestourisme.com/public/pages/gb/sectionD/page1.php>> Acesso em: 23 nov.2004.

CENTRE DE RECHERCHE SUR LA LITTÉRATURE DES VOYAGES. Declaração de Québec: princípios de uma nova museologia. Québec, 1984. Disponível em: <<http://www.crlv.org/publications/lettres/lettre2.php>> Acesso em: 23 nov. 2004.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984. Ementa: regulamenta a profissão do museólogo. Disponível em: <<http://www.confem.org.br>> Acesso em: 23 nov. 2004.

IPHAN. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Ementa: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>> Acesso em: 23 nov. 2004.

Data do Aceite: 2003